



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2010, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, arroladas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da SERRA PARACATU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A ("SPTTE") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

SETOR ELÉTRICO

O Sistema de Transmissão Interligado Nacional

As primeiras linhas de transmissão do Brasil tinham por objetivo interligar as usinas geradoras aos centros consumidores. A partir da década de 60, com a centralização nas mãos da União do planejamento da expansão elétrica, esses sistemas radiais e isolados foram sendo conectados para formar o Sistema Interligado de Transmissão. Até recentemente o País tinha dois grandes subsistemas de transmissão: um para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; outro para o Nordeste e parte da região Norte (o restante da região Norte possuía apenas linhas isoladas, sem caracterizar um sistema).

Em 1999 os subsistemas Sul - Sudeste - Centro-Oeste e Norte - Nordeste foram conectados através da linha de transmissão Norte-Sul I (Furnas), iniciando o processo de integração eletroenergética, hoje em pleno desenvolvimento. Tal integração objetiva promover o intercâmbio de energia entre as usinas (majoritariamente hidroelétricas), otimizando o uso dos recursos hídricos e aproveitando diferenças nos regimes pluviométricos de cada região. Pode-se afirmar portanto, que os investimentos no segmento de transmissão são tão essenciais quanto aqueles em geração de eletricidade, com a vantagem de possuírem menores prazos de implantação e impactos ambientais. Tais investimentos ganharam vulto, contudo, após a instituição do novo modelo energético, o qual promoveu a cisão dos negócios de Geração, Transmissão, Distribuição, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação).

O Segmento da Transmissão

Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a desajustes de mais de 50 %.

Com a entrada do governo Lula, o modelo foi modificado através das Leis 10.847 e 10.848 de 2004. O segmento da Transmissão, contudo, foi pouco alterado. Teve como principais mudanças o gerenciamento das licitações e a permissão de concessionárias federais para concorrerem aos leilões, (desde que associadas e com participação minoritária) transferidas para o MME. Não houve modificação na essência do modelo para o segmento o qual tem, inclusive, sido tomado como exemplo de sucesso no Setor Elétrico e servido de paradigma para as reformas efetuadas no setor de Geração.

Para os próximos anos espera-se a manutenção do contínuo desenvolvimento deste setor. Já foram ofertados em leilões públicos diversos empreendimentos de transmissão de caráter estrutural que, certamente, incrementarão a capacidade de intercâmbio eletroenergético no Brasil. Recentemente, as novas obras previstas pelo planejamento de expansão da transmissão foram consolidadas pelo Ministério de Minas e Energia – MME, reforçando a expectativa de manutenção do ritmo de investimentos no setor.

A SERRA PARACATU

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. foi constituída em 2 de janeiro de 2007 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais. A Isolux Ingeniería S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 003/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 15 de maio de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 15 de maio de 2007.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 165.300.000, dividido em 165.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 (em reais).

Acionistas	%
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99
Mrs. Ou, Cai e Qu	0,01
	100

O Objeto de nossa Sociedade é a exploração de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à disponibilização de nossa rede de transmissão de energia elétrica. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas Energia – MME.

EXERCÍCIO 2010

Receita:

O valor anual da receita, fixado pela ANEEL, para o período de Julho 2010 - Junho 2011 é de R\$20.450 mil. Tal valor é fixo, definido no Contrato de Concessão, e reajustado anualmente em 1º de Julho pela variação do IPCA nos 12 meses findos em 31 de maio precedente ao reajuste.

A receita mensal é objeto de uma dedução de uma parcela variável, em função do tempo em que as linhas fiquem indisponíveis. No exercício de 2010, a SPTTE não teve dedução.

A SPTTE fatura mensalmente a todos os Usuários do Sistema Interligado pelo uso do Sistema de Transmissão da rede básica, com independência do uso específico das suas próprias instalações. Os valores devidos por cada um dos Usuários são definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

A título de exemplo, o número de usuários do mês de dezembro de 2010 alcançou a cifra de 202, com uma média de R\$ 554 por fatura.

Distribuição de Usuários				
Valor da fatura	Quantidade	Totais	Média	
< 10.000	172	279	2	
10.000 - 100.000	26	834	32	
100.000 - 200.000	3	373	124	
200.000 - 300.000	1	396	396	
>300.000	-	-	-	
SOMAS	202	1.881	554	

A composição da tarifa em dezembro de 2010 é como segue:

Composição da tarifa	Usuários da Rede Básica
Receita Garantida	23.846
Impostos	
PIS	-393
COFINS	-1.812
ICMS	
Taxas	
Fiscalização	-119
CCC	0
RGR	-596
P&D	-208
Compensação financeira	
Custo da energia comprada para venda	
Encargos de uso da rede elétrica	
Despesas de pessoal	-1.232
Outras despesas operacionais	-8.299
Tarifa bruta da concessionária	11.185

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2010 (31 de Dezembro de 2010 e 2009) (Não Auditado)

1) Base de Cálculo	2010		2009	
	Valor	%Sobre FPB	Valor	%Sobre FPB
Receita Líquida (RL)	39.769	5,65%	70.738	4,90%
Resultado Operacional (RO)	18.134	6,74%	14.463	6,58%
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	814.602		653	
2) Indicadores Sociais Internos				
	Valor (R\$)	%Sobre FPB	Valor (R\$)	%Sobre FPB
Alimentação	46.056,64	5,65%	32,00	4,90%
Encargos sociais compulsórios	249.425,85	31%	162,00	24,81%
Saúde	54.939,72	6,74%	43,00	6,58%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.000,00	0,12%	4,00	0,61%
Outros	42.966,50	5,27%	54,00	8,27%
Total - Indicadores Sociais Internos	394.388,71	48,41%	295,00	45,18%
Total de contribuições para sociedade	-	-	- 2.629,00	402,60%
Tributos - excluídos encargos sociais	-	-	- 2.629,00	402,60%
3) Indicadores Social Externos				
	Valor (R\$)	%Sobre RO	Valor (R\$)	%Sobre RO
Educação	-	0,00%	-	0,00%
Cultura	-	0,00%	-	0,00%
Total - Indicadores Sociais Externos	-	0,00%	-	0,00%

4) Indicadores Ambientais (Relacionados com a operação da empresa)

	Valor (R\$)	%So-bre RO	%Sobre RL	Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Desapropriação de Terras	0	0,00%	0,00%	425	2,94%	0,60%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	1.882	13,01%	2,66%
Total	0	0,00%	0,00%	2.307	15,95%	3,26%

5) Indicadores do Corpo Funcional

No. de empregados ao final do período	16	12
No. de admissões durante o período	0	8
No. de empregados terceirizados	1	-
No. de mulheres que trabalha na empresa	2	-
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	6	4
2º grau	10	6
1º grau	2	2
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	4	2
De 30 até 45 anos (exclusive)	10	8
Acima de 45 anos	2	2
Dependentes	7	17

6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial

	2010		2009	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	()	5	()	7
Número total de acidentes de trabalho	()	0	()	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos	pela direção	()	()	()
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	pela direção	()	()	()
A participação nos lucros ou resultados é definida	pela direção	()	()	()
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	não são considerados	()	()	()
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	não se envolve	()	()	()

Desempenho econômico-financeiro

No exercício 2010 a SPTTE teve uma Receita Base Bruta de R\$ 42.779 milhões (72.696 em 2009) que, após a dedução dos impostos sobre o faturamento, resultou em uma receita líquida de R\$ 39.769 milhões (70.738 em 2009). O lucro operacional, EBITDA, foi de R\$ 18.134 milhões (14.463 em 2009), e uma vez descontados as amortizações, as despesas financeiras e os extraordinários, obtemos um lucro antes de impostos de R\$ 6.824 milhões (8.420 em 2009).

O Lucro Líquido do exercício, após a Provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foi de R\$ 6.626 milhões (7.829 em 2009), correspondente a R\$ 40,00 por lote de 1.000 ações do capital. Os Principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2010 e 2009 são:

	2010	2009
• Liquidez Geral	243,87%	240,87%
• Liquidez Corrente	146,47%	220,34%
• Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total	59,16%	58,48%
• Relação Exigível Total/Ativo Total	40,84%	41,52%
• Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	3,79%	4,56%
• Relação Lucro Operacional/Patr. Líquido (%)	11,31%	8,49%
• Endividamento do patrimônio Líquido	69,04%	70,99%
• Em moeda nacional	-	100%
• Em cesta de moedas	-	-

Valor Adicionado: Em 2010 o valor adicionado líquido gerado pela SPTTE foi de R\$ 22.314 mil, representando 52% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição: 6% (pessoal), 11% (Governo), 30% (Acionistas) e 53% (Financiadores).

Distribuição de Dividendos:

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 50% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

A Concessionária constituiu Reserva Legal de 5% de Seu Lucro Líquido, de modo a assegurar a realização da manutenção e de eventuais obras no exercício seguinte.

Os demais valores provenientes dos Lucros Acumulados estão sendo mantidos dentro do Patrimônio Líquido na conta de Lucros Acumulados, aguardando decisão dos acionistas em futuras assembleias.

Responsabilidade Ambiental

A SPTTE está operando em plena conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação - LO nº. 032/2009 emitida pelo COPAM.

Indicação dos Programas Ambientais Realizados no decorrer do ano de 2010

Nome do Programa	Atividades realizadas em 2010
Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental Anti-Queimadas	2010
Programa de Monitoramento da Fauna (mastofauna, Herpetofauna e Avifauna)	2010
Projeto de Recuperação/Revegetação das áreas do entorno das torres	2010
Programa de Compensação Ambiental	2010/2011
Programa de Monitoramento de Flora	2010

a) Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental Anti-Queimadas

Este Programa é realizado todos os anos com objetivo de conscientizar a população de entorno sobre os perigos das queimadas. Há dois tipos de campanhas anti-queimadas, as quais são alternadas de ano em ano. Uma delas é chamada Completa que consiste na apresentação de palestras para os proprietários e alunos do entorno do empreendimento, colocação de cartazes, spots em rádios locais, distribuição de kits (caderno, lápis, canetas, gibi para crianças e calendário para adultos, camisetas, bonés, garrafinha de água, sacola e imã de geladeira) e distribuição de panfletos educativos. Nas palestras, foi desenvolvida uma brincadeira com perguntas voltadas para os temas: Preservação Ambiental, os Males das Queimadas e Desenvolvimento Sustentável. Os participantes que acertam as perguntas recebem como brinde uma caneca.

O outro tipo de campanha é a Simples, que consiste na colocação de cartazes, distribuição de kits e folder educativo e spots em rádios locais. No ano de 2010 foi realizada a campanha do tipo simples no período de agosto e setembro. Mesmo sendo a campanha simples, no ano de 2010 foi realizado um concurso de desenho e redação para as escolas da região. O tema foi o slogan da campanha: "Evite queimadas, promova a vida". Aos vencedores foram distribuídos prêmios como bicicletas e computadores.

b) Programa de Monitoramento da Fauna (Mastofauna, Herpetofauna e Avifauna)

As atividades desenvolvidas no âmbito deste programa tiveram início em agosto/setembro com a primeira campanha de monitoramento de mastofauna, herpetofauna e avifauna. A continuidade deste programa ocorrerá durante toda a vigência da LO ou conforme demonstrem necessidade os resultados do primeiro ano de monitoramento. Já foram realizadas 3 campanhas de cada grupo faunístico e em 2011 serão realizadas as quartas campanhas.

c) Projeto de Recuperação/Revegetação das áreas do entorno das torres

O Projeto foi elaborado em 2009 e foi implementado em 2010. Apesar disso, na fase de comissionamento, realizada ao final da obra, duas voçorocas que ameaçavam os estais de uma torre foram contidas. Em setembro de 2010 foi realizada uma vitória em todas as áreas degradadas e com presença de erosões para subsidiar um plano de ação a fim de resolver as pendências. A primeira atividade a ser realizada será o plantio de Estilosantes e de Capim gordura nas praças de torres e outros locais onde a regeneração natural não foi efetiva e o solo ficou compactado. Foram identificados 29 locais com necessidade de plantio. As outras situações são acessos com início de formação de voçorocas e voçorocas propriamente ditas que já existiam antes da implantação do empreendimento, mas que precisam ser monitoradas constantemente. No ano de 2011 serão realizadas intervenções nas voçorocas vistoriadas em setembro de 2010.

d) Programa de Compensação Ambiental

Este programa teve início em 2010 com o envio da planilha de valores gastos no empreendimento para a SUPRAM de Belo Horizonte e atualmente aguarda o retorno do órgão ambiental para a continuidade das atividades em 2011.

e) Programa de Monitoramento de Flora

A primeira campanha de monitoramento de flora ocorreu no fim de agosto e início de setembro e terá continuidade durante a vigência da LO ou conforme seja demonstrada a necessidade em função dos resultados do primeiro ano de monitoramento.

• Cultura, Esporte e Turismo

A SPTTE ainda não teve recursos suficientes para disponibilizar patrocínios inseridos em projetos contemplados pela Lei dos Esportes e a Lei Rouanet de incentivo à cultura.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2011.

A Administração



SERRA PARACATU

Transmissora de Energia S.A.
CNPJ: 08.626.861/0001-91

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009	01/01/2009		Nota	2010	2009	01/01/2009
			(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo					Passivo				
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	599	12.076	44.680	Fornecedores		8.857	9.536	11.624
Concessionárias e permissionárias	5	2.626	2.535	-	Empréstimos e financiamentos	9	-	7.958	2.415
Estoques		54	-	-	Contas a pagar - partes relacionadas	12	1.889	-	-
Adiantamento a fornecedores		121	437	3.163	Empréstimos - partes relacionadas	12	8.252	-	-
Impostos a recuperar	6	3.506	3.526	124	Impostos e contribuições sociais		411	544	463
Contas a receber - ativo financeiro	7	23.983	23.846	16.420	Taxas regulamentares	10	867	569	-
Outros créditos		120	121	2.552	Dividendos propostos		574	574	-
		31.009	42.541	66.939	Outros passivos circulantes		321	126	22
							21.171	19.307	14.524
Ativo não circulante					Passivo não circulante				
Títulos e valores mobiliários		-	4.578	-	Empréstimos e financiamentos	9	-	98.637	78.739
Outros créditos		185	-	-	Empréstimos - partes relacionadas	12	92.675	-	-
Contas a receber - ativo financeiro	7	246.744	227.948	179.098	Outras provisões - medidas compensatórias	11	1.296	1.296	1.585
Impostos a recuperar	6	16.414	18.299	-	Impostos diferidos		5.442	2.174	-
Intangível		1.171	-	-	Outros passivos não circulantes		115	382	-
		264.514	250.825	179.098			99.528	102.489	80.324
Total do ativo		295.524	293.366	246.037	Patrimônio líquido	13			
					Capital social		165.300	165.300	150.000
					Reserva de lucros		14.678	574	1.189
					Reserva legal		392	61	-
					Ajuste de avaliação patrimonial		(5.545)	(2.174)	-
					Lucros acumulados		-	7.809	-
							174.825	171.570	151.189
					Total do passivo e do patrimônio líquido		295.524	293.366	246.037

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Total	
	subscrito	Legal	Dividendos retidos	Ajuste de avaliação patrimonial	
			Lucros acumulados	Total resultado abrangente	
				Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2008	150.000	-	-	-	150.000
Ajuste de prática contábil	-	-	-	1.189	1.189
Saldo em 31 de dezembro de 2008 (reapresentado)	150.000	-	-	1.189	151.189
Dividendos propostos de lucro do exercício anterior	-	-	-	(574)	(574)
Aumento e Integralização de capital	15.300	-	-	-	15.300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.829	7.829
Ajuste de prática contábil	-	-	-	(2.174)	(2.174)
Constituição de reserva legal	-	61	-	(61)	-
Dividendos retidos	-	-	574	(574)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	165.300	61	574	(2.174)	171.570
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.626	6.626
Ajuste de prática contábil	-	-	-	(3.371)	(3.371)
Constituição de reserva legal	-	331	-	(331)	-
Dividendos retidos	-	-	14.104	(14.104)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	165.300	392	14.678	(5.545)	174.825

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação, apresentado em reais)

	2010	2009
		(Reapresentado)
Receita operacional líquida	39.769	70.738
Custo da operação	(20.005)	(56.175)
Pessoal	(811)	(498)
Material	(100)	(57)
Serviços de terceiros	(605)	(1.115)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica	(119)	(80)
Arrendamentos e alugueis	(2)	(4)
Custo de construção e outras	(18.368)	(54.421)
Lucro operacional bruto	19.764	14.563
Despesas operacionais	(1.630)	(100)
Pessoal e administradores	(421)	(100)
Outras	(1.209)	-
Lucro antes do resultado financeiro	18.134	14.463
Resultado financeiro	(9.421)	(6.043)
Receita financeira	731	957
Receitas de aplicações financeiras	671	957
Outras receitas financeiras	60	-
Despesa financeira	(10.152)	(7.000)
Variações monetárias passivas	-	(62)
Juros	(8.259)	(6.369)
Outras despesas financeiras	(3.782)	(569)
Lucro antes dos impostos	6.824	8.420
Imposto de renda e contribuição social	(199)	(591)
Lucro líquido do exercício	6.626	7.829
Lucro líquido por ação - R\$	0,04	0,05

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		6.626	7.829
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Juros e variações monetárias dos empréstimos		8.259	6.431
Depreciação e amortização		-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	46	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(90)	(2.535)
Outros créditos		317	5.157
Tributos e contribuições compensáveis		1.622	(1.199)
Contas a receber ativo financeiro		(18.933)	-
Estoques		(54)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(679)	-
Tributos e contribuições sociais		(133)	81
Partes relacionadas		1.621	(1.203)
Taxas regulamentares		299	569
Ajustes com implantação do IFRIC 12		(51)	(1.995)
Outras contas a pagar		192	1.400
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(958)	14.535
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado (ativo financeiro) - intangível		(1.171)	(76.871)
Títulos e valores mobiliários		4.578	(4.578)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		3.407	(81.449)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos captados		100.676	25.879
Empréstimos e financiamentos pagos		(114.601)	(6.869)
Ampliação de capital		-	15.300
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(13.926)	34.310
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes		(11.476)	(32.604)
Saldo inicial de caixa e equivalentes		12.076	44.680
Saldo final de caixa e equivalentes	4	599	12.076
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes		(11.476)	(32.604)

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais) (Não Auditado)

	2010	2009
RECEITAS DE USO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO	24.605	18.415
CONSTRUÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	18.174	54.281
	42.779	72.696
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços	(924)	(625)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outras	(1.854)	(1.171)
Outros	(18.418)	(54.421)
VALOR ADICIONADO BRUTO	21.584	16.479
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(2)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	21.582	16.479
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	732	957
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	22.314	17.435
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações diretas	1.074	500
Benefícios	103	68
FGTS	55	30
Impostos, taxas e contribuições	1.232	598
Federais, estaduais e municipais	2.405	2.004
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e demais despesas	12.041	7.000
Alugueis	9	4
Remuneração de capitais próprios	12.050	7.004
Dividendos propostos	3.148	3.719
Lucro do período	3.479	4.110
	6.626	7.829
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	22.314	17.435

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 2 de janeiro de 2007 e está estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - Sala 1534, Centro do Rio de Janeiro, com uma filial localizada em Araporã no Estado de Minas Gerais. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Da concessão
A Isolux Ingeniería S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 003/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 15 de maio de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 15 de maio de 2007. No dia 11 de julho de 2007, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 007/2007 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:
a) Instalações de transmissão em 500/138 KV, com origem na Subestação Paracatu 4 e término na Subestação Pirapora 2, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 246 km;
b) Entradas de linhas pela transformação 500/345-13,8 KV e 345/138-13,8 KV na Subestação Pirapora 2 e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$17.000 (valor histórico), excluído o montante necessário para cobrir as despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original.
Em 29 de junho de 2010, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.021/2010, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 20.450 para o período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011.
A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
Em 15 de dezembro de 2010, foi concluído o processo de venda da Companhia às Companhias Isolux Corsan S.A., Lintrab do Brasil Participações S.A. e Elecnor Transmissão de Energia S.A. à companhia State Grid Brazil Holding S.A., subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China.

2. Políticas contábeis
As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2011.
As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 2.14, com os detalhes das estimativas.
A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:
2.1. Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.
2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira
A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.
2.3. Receita operacional
Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, a Companhia reconhece como receita no resultado a Receita Anual Permitida (RAP), ajustada mensalmente pelo ONS por meio dos avisos de crédito que servem de base para emissão das faturas aos usuários de sua linha de transmissão. A RAP foi definida para os primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial, do período de 30 anos da concessão e, no período restante, esta sofrerá redução de 50%. Em 2009, foi aprovado o Pronunciamento ICPC 01 - Contratos de Concessão, que será adotado pela Companhia a partir do exercício de 2010. Entre os principais impactos que a adoção do ICPC 01 trará, está a mudança do atual procedimento contábil do reconhecimento da receita a partir dos avisos de crédito emitidos pelo ONS.
2.4. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.
a) **Ativos financeiros**
Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
b) **Passivos financeiros**
Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.
2.5. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.



SERRA PARACATU

Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 08.626.861/0001-91



2.6. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos semelhantes. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.8. Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 611, de 22 de dezembro de 2009, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICP 01 - Contratos de Concessão. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para o cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Tributação

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;
- Reserva Geral de Reversão (RGR) ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2010 - ano base de 2009.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo; e
- sobre ajustes efetuados por diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2.12. Taxas regulatárias

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas transmissoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas companhias em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% de sua receita bruta anual.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

2.15. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ainda não foi oficialmente definido pelo Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Lei 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

A Companhia adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de

transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.17. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número médio ponderado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BR GAAP).

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi emitida no Brasil na forma da ICP 01 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em dezembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A ICP 01 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

O IFRIC 12 é aplicável à Companhia e está sendo adotado em 2010, com efeitos retroativos à data de constituição da Companhia. Assim, as demonstrações financeiras dos exercícios anteriores estão sendo reapresentadas, sendo definido 1º de janeiro de 2009 como a data de transição.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado anualmente, considerando a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários. De acordo com a ICP 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com o seguinte modelo contábil do ativo financeiro. Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas), sendo que a Companhia adotou 1 de janeiro de 2009 como data de transição. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo a reconciliação do resultado do exercício de 2009, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas a seguir:

3.1. Balanço de abertura em 1 de janeiro de 2009

Balanço patrimonial	01/01/2009 (Original)	Ajustes	01/01/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	50.519	16.420	66.939
Caixa e equivalentes de caixa	44.680	-	44.680
Adiantamento a fornecedores	3.163	-	3.163
Impostos a recuperar	124	-	124
Contas a receber - ativo financeiro	-	16.420	16.420
Outros créditos	2.552	-	2.552
Ativo não circulante	194.329	(15.231)	179.098
Contas a receber - ativo financeiro	-	179.098	179.098
Imobilizado gerador de RAP	194.329	(194.329)	-
Total do ativo	244.848	1.189	246.037
Passivo			
Passivo circulante	14.524	-	14.524
Fornecedores	11.624	-	11.624
Empréstimos e financiamentos	2.415	-	2.415
Impostos e contribuições sociais	463	-	463
Outros passivos circulantes	22	-	22
Passivo não circulante	80.324	-	80.324
Empréstimos e financiamentos	78.739	-	78.739
Outras provisões e medidas compensatórias	1.585	-	1.585
Patrimônio líquido	150.000	1.189	151.189
Capital social	150.000	-	150.000
Reservas de lucros	-	1.189	1.189
Total do passivo e do patrimônio líquido	244.848	1.189	246.037

3.2. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

Balanço patrimonial	31/12/2009 (Original)	Ajustes	31/12/2009 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante	18.695	23.846	42.541
Caixa e equivalentes de caixa	12.076	-	12.076
Concessionárias e permissionárias	2.535	-	2.535
Adiantamento a fornecedores	437	-	437
Impostos a recuperar	3.526	-	3.526
Contas a receber - ativo financeiro	-	23.846	23.846
Outros créditos	121	-	121
Ativo não circulante	266.862	(16.037)	250.825
Títulos e valores mobiliários	4.578	-	4.578
Contas a receber - ativo financeiro o	-	227.948	227.948
Impostos a recuperar	18.299	-	18.299
Imobilizado gerador de RAP	243.985	(243.985)	-
Total do ativo	285.557	7.809	293.366
Passivo			
Passivo circulante	19.307	-	19.307
Fornecedores	9.536	-	9.536
Empréstimos e financiamentos	7.958	-	7.958
Impostos e contribuições sociais	544	-	544
Taxas regulatárias	569	-	569
Dividendos propostos	574	-	574
Outros passivos circulantes	126	-	126
Passivo não circulante	100.315	2.174	102.489
Empréstimos e financiamentos	98.637	-	98.637
Outras provisões e medidas compensatórias	1.296	-	1.296
Impostos diferidos	-	2.174	2.174
Outros passivos não circulantes	382	-	382
Patrimônio líquido	165.935	5.635	171.570
Capital social	165.300	-	165.300
Reservas de lucros	574	-	574
Reserva legal	61	-	61
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(2.174)	(2.174)
Lucros acumulados	7.809	-	7.809
Total do passivo e do patrimônio líquido	285.557	7.809	293.366

O efeito da mudança de prática contábil relacionada à implantação do IFRIC 12 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi o seguinte:

Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 segundo as práticas contábeis anteriores	1.209
(+) Reversão da depreciação do imobilizado	4.625
(-) Custo de construção	(54.281)
(+) Variação na receita operacional bruta	56.276
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	7.829

3.3. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- IAS 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos financeiros - classificação e mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRIC 14 Pagamentos antecipados de um requisito de financiamento mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRIC 19 Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras.

Melhorias para IFRS - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 - Combinação de negócios.
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009	01/01/2009 (Reapresentado)
Caixa	6	5	-
Bancos	268	794	1.285
Aplicações financeiras de liquidez imediata	325	11.277	43.395
	599	12.076	44.680

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento de Títulos Públicos multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado.



5. Concessionárias e permissionárias

	2010	2009	01/01/2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
A vencer	2.610	1.980	-
Vencidas até 30 dias	7	28	-
Vencidas até 60 dias	5	8	-
Vencidas até 90 dias	4	458	-
Vencidas há mais de 90 dias	46	61	-
	2.672	2.535	-
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	(46)	-	-
	2.626	2.535	-

A Companhia monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010 registrados com base na análise do índice de inadimplência da companhia e por valores em aberto há mais de 90 dias. Tal critério foi adotado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A movimentação do saldo da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte durante os exercícios de 2009 e 2010:

	2010	2009	01/01/2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldo em 31 de dezembro de 2009			
(+) Complemento PDD			46
(-) Baixas ocorridas			-
Saldo em 31 de dezembro de 2010			46

6. Impostos a recuperar

	2010	2009	01/01/2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante			
PIS a compensar - ativo imobilizado	365	393	-
COFINS a compensar - ativo imobilizado	1.680	1.810	-
Outros	1.050	1.323	124
	3.095	3.526	124
Não circulante			
PIS a compensar - ativo imobilizado	2.928	12.335	-
COFINS a compensar - ativo imobilizado	13.486	2.678	-
Outros	-	3.286	-
	16.414	18.299	-

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo permanente, durante o período de construção da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A., conforme facultam as Leis nº 10.833/03 e nº 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada nos seguintes exercícios:

	PIS/COFINS
2012	2.042
2013	2.042
2014	2.042
2015 em diante	10.288
	16.414

7. Contas a receber - ativo financeiro

A rubrica de contas a receber - ativo financeiro origina-se da aplicação da interpretação técnica - ICPC 01 - Contrato de concessão e da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de concessão, conforme mencionado na nota explicativa 3. O montante total de R\$ 270.727 (sendo R\$ 23.983 no ativo circulante e R\$ 246.744 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2010), foi calculado retroativamente ao início do período de concessão e entrada em operação das linhas de transmissão da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foi retroativamente registrado, totalizando R\$ 251.794 e R\$ 195.518, respectivamente.

8. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa rubrica referia-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conforme composição adiante. Durante o prazo do contrato, a Companhia teve que manter em favor do BNDES uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

O contrato com o BNDES foi quitado integralmente em dezembro de 2010. Com a liquidação do contrato, o montante disponível em tal rubrica foi recuperado pela Companhia.

9. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2010	2009	2008
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
BNDES - Direto - Moeda nacional	-	106.225	81.154
Juros a pagar	-	370	-
Total de empréstimos e financiamentos	-	106.595	81.154
Passivo circulante	-	7.958	2.415
Passivo não circulante	-	98.637	78.739

As características do empréstimo são como se segue:

BNDES - TJLP - Providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incide a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses, com início em 15 de novembro de 2008 e término em 15 de outubro de 2022.

Durante o mês de dezembro de 2010, a Companhia, como parte do processo de transição de controle acionário (vide nota explicativa 1), efetuou a liquidação do empréstimo existente com o BNDES. Com isso, qualquer cláusula contratual referente a atendimento de índices financeiros, cauções, penhores e cartas de fiança dadas em garantia foram automaticamente canceladas.

10. Taxas regulamentares

Os saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2010	2009	01/01/2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Correntes			
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	572	398	-
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	126	80	-
P&D	169	91	-
	867	569	-

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída por definição da ANEEL. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) pro rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de fiscalização descrita anteriormente. Divergências entre o valor provisionado e o valor pago permanecem no passivo da Companhia até que seja emitido despacho complementar por parte da ANEEL para pagamento.

11. Outras provisões - medidas compensatórias

O Contrato de Concessão nº 003/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve enviar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

A Companhia está operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo aos requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais, visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação no 726/2008 emitida pelo IBAMA em 30 de setembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o saldo da provisão ambiental é de R\$1.296. A Administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores legais, entende que não há previsão de atualização monetária para essa provisão enquanto não houver assinatura do Termo de Compromisso com o IBAMA, o que não havia ocorrido até a data do balanço. Além disso, a provisão está mantida no passivo não circulante por não haver expectativa de desembolso no próximo exercício.

12. Empréstimos - partes relacionadas

Empresas	Natureza da operação	2010		2009 (reapresentado)	
		Ativo	Passivo Resultado	Ativo	Passivo Resultado
State Grid Brazil Holding S.A.	Contas a pagar	-	1.889	1.889	-
State Grid Brazil Holding S.A.	Empréstimo	-	100.927	500	-

A Companhia formalizou em 15 de dezembro de 2010, contrato de empréstimo com seu acionista controlador State Grid Brazil Holding S.A., no valor máximo de R\$ 105.000. Sobre o principal da dívida incide a taxa de juros de 10% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente com início em 15 de março de 2011 e o saldo remanescente a pagar deve ser amortizado em 30 de novembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do empréstimo estava segregado entre R\$ 8.252 no passivo circulante e R\$ 92.675 no passivo não circulante.

13. Patrimônio líquido

a) **Capital social**
Em 31 de dezembro de 2008, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 150.000, dividido em 150.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.
Em 28 e 29 de dezembro de 2009, os acionistas Elecnor Transmissão de Energia S.A., Lintran do Brasil Participações S.A. e Isolux Energia e Participações S.A. Integralizaram o valor de R\$ 5.100 cada de suas participações da Companhia.

Em 15 de dezembro de 2010, os acionistas Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A., Isolux Energia e Participações S.A. decidem efetuar a venda da integralidade de ações ordinárias nominativas em seu

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente
Ou Xiaoming - Diretor Administrativo
Marcia Cristina Marinho Pereira Gonçalves - CRC/RJ 087201/01
Shi Xiyanuan - Diretor Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da **Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.**, Rio de Janeiro, Brasil

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis

poder à sociedade State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), sociedade controlada pelo Grupo State Grid, com matriz em Pequim, China.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2010, a SGBH passa a ser a acionista majoritária da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 165.300, dividido em 165.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ações ordinárias subscritas e integralizadas	
	2010	2009
State Grid Brazil Holding S.A.	165.299.994	-
Lintran do Brasil Participações S.A.	-	55.099.998
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	-	55.099.998
Isolux Energia e Participações S.A.	-	55.099.998
Membros do Conselho de Administração	6	6
	165.300.000	165.300.000

a) **Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

b) **Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos de exercícios anteriores a 2010 foram calculados com base no lucro líquido do exercício ajustado anterior à aplicação da prática contábil mencionada na nota explicativa 3.

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	6.626	6.295
Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para os dividendos	6.295	6.295

O saldo total do lucro do exercício remanescente após a constituição da reserva legal em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 6.295, foi registrado como dividendos retidos no patrimônio líquido. Adicionalmente, o saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores também foi registrado como dividendos retidos. A decisão sobre a destinação final do valor de dividendos a ser pago ou outra eventual destinação será efetuada em assembleia de acionistas durante 2011.

14. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

A Companhia não possui provisão para contingências registrada em 31 de dezembro de 2010, visto não apresentar nenhum processo seja de natureza tributária, cível, trabalhista cuja possibilidade de perda tenha sido considerada pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos como provável.

15. Instrumentos financeiros

15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	2010			2009 (reapresentado)			01/01/2009 (reapresentado)		
	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebi-veis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	599	599	-	12.076	12.076	-	44.680	44.680
Concessionárias e permissionárias	2.626	-	2.626	2.535	-	2.535	-	-	-
Contas a receber - ativo financeiro	270.727	-	270.727	251.794	-	251.794	195.518	-	195.518
	273.353	599	273.952	254.329	12.076	266.405	195.518	44.680	240.198

15. Instrumentos financeiros

Em 2010, 2009 e 2008, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2010	2009	01/01/2008
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fornecedores	8.857	9.536	11.624
Empréstimos e financiamentos	-	106.595	81.154
Contas a pagar - partes relacionadas	1.889	-	-
Empréstimos - partes relacionadas	100.927	-	-
Impostos e obrigações fiscais	459	544	463
	112.132	116.675	93.241

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

15.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) **Riscos de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) **Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador.

15.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e financiamentos e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

16. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	2010	2009
	Imposto de renda	Imposto de renda
		(Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social com impacto de novas práticas contábeis	6.824	8.420
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - adesão ao RTT	(6.239)	(6.620)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sem impacto de novas práticas contábeis	585	1.800
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(199)	(612)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	-	-
Adições não dedutíveis	9.156	-
Exclusões não dedutíveis	(9.408)	(62)
Lucro real no exercício	333	1.738

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

18. Receita operacional bruta

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado iniciando pela receita líquida. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
		(Reapresentado)
Receita operacional bruta	42.779	72.696
Receita de operação e manutenção	3.458	1.994
Receita bruta de construção	18.174	54.281
Receita financeira de construção	21.147	16.421
Deduções da receita operacional	(3.010)	(1.958)
PIS	(393)	(252)
COFINS	(1.812)	(1.161)
Quota para RGR	(597)	(399)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(208)	(146)
Receita operacional líquida	39.769	70.738

19. Outras informações

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento. Não ocorreram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2010 que pudessem ter efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo naquela data.

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditor